

# 1940: O ANO QUE O BRASIL OFICIAL SE VOLTOU PARA O OESTE BRASILEIRO

## 1940: THE YEAR THAT OFFICIAL BRAZIL TURNED TO THE BRAZILIAN WEST



### Alberto Luiz Schneider<sup>1</sup>

 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7308-2524>

 Email: [alberto.ls@uol.com.br](mailto:alberto.ls@uol.com.br)

### Thays Fregolent De Almeida<sup>2</sup>

 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7559-5681>

 Email: [thaysfregolent@gmail.com](mailto:thaysfregolent@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo tem como objeto de pesquisa o ano de 1940, momento no qual o interesse pelo Oeste brasileiro consolida-se como uma verdadeira obsessão, tanto entre parte da intelectualidade, como nos meios políticos, especialmente no Estado Novo. Serão analisados três fontes do mesmo ano de 1940: trata-se do livro de Cassiano Ricardo, a Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil; o filme de Humberto Mauro, intitulado Os Bandeirantes; e, por fim, os discursos presidenciais de Getúlio Vargas, por ocasião das viagens rumo ao interior do país. Nosso objetivo consiste em analisar o conteúdo político, cultural e simbólico dessas fontes que, de um modo ou de outro, se interligam.

**Palavras-chave:** Marcha para o Oeste; Estado Novo; ocupação territorial.

**Abstract:** This article aims to research the year 1940, a moment in which the interest in the Brazilian West consolidates itself as a real obsession, both among part of the intelligentsia, as in the political circles, especially in the New State. Three documents from the year 1940 will be analyzed: the book of Cassiano Ricardo called "Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil"; the film by Humberto Mauro called "Os Bandeirantes"; and the presidential speeches of Getúlio Vargas on the occasion of trips to the interior of the country. Our goal is to analyze the political, cultural content and symbolism of these voices, that in a way or another are interconnected.

**Keywords:** March to the West; New State; territorial occupation.

<sup>1</sup> É professor de História do Brasil, no Departamento de História da PUC/SP e membro do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da mesma universidade. É doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com pós-doutorado na USP e no KING'S COLLEGE LONDON. Publicou vários artigos no Brasil e no exterior. É autor de Capítulos de História Intelectual: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil (Alameda, 2019).

<sup>2</sup> É mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), cujo título da dissertação é "Modernos bandeirantes, antigos interesses: a Expedição Roncador-Xingu e a conquista da fronteira Oeste (1938-1948)" (financiamento Capes). Tem pesquisa de iniciação científica com financiamento CNPq concluída, referente ao período do Estado Novo, permeando a questão indígena e a discussão historiográfica que consolidou a memória pública acerca dos bandeirantes, cujo título é "Expedição Roncador-Xingu (1943-1948): a tensão entre integrar e preservar os indígenas no Brasil Central".

## Introdução

Em 1940 o Brasil, um país majoritariamente atlântico, volta-se para o interior do país. Não se trata de um movimento novo, mas vê-se o adensamento das preocupações com o Oeste do território brasileiro. É nítido o desejo das elites políticas, culturais e econômicas em ocupar o interior do Brasil, considerado “desabitado”. Naquele ano foi publicado *Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil*, livro de Cassiano Ricardo. Naquele mesmo ano foi lançado o filme *Os Bandeirantes*, de Humberto Mauro. Também em 1940, Getúlio Vargas empreendeu uma série de viagens ao interior do país, em que o então presidente proferiu um conjunto expressivo de discursos políticos sobre a necessidade de ocupar o vasto território. Discursos publicados em revistas e mesmo filmes institucionais. O objetivo desse artigo, é colocar em diálogo múltiplos discursos, culturais, políticos e econômicos que orbitam em torno do mesmo fenômeno, no mesmo momento.

Apesar da centralidade desses diferentes discursos eles são apenas alguns dos vetores pelo qual procuramos compreender a obsessão política e intelectual pelo Oeste brasileiro. Outro é o Estado, ou seja, os interesses ditos nacionais, sintetizados na política da Marcha para o Oeste. E, por fim, a cultura – da opinião pública aos intelectuais – marcadas pelo interesse em ocupar (e ou interpretar) o interior do país. Desse modo, se faz necessário compreender o adensamento concreto e discursivo em torno da ocupação dos “vazios demográficos” ao longo das décadas anteriores a 1940. Não se pode esquecer que o interesse em torno da ocupação e integração territorial do país é um tema de longa duração da história brasileira, cujo início remonta, no limite, ao fenômeno da colonização.

De acordo com Antonio Carlos Robert Moraes, em países de formação colonial, como é o caso do Brasil, a conquista espacial constitui uma preocupação determinante de sua história<sup>3</sup>. De modo que, para se compreender o movimento de ocupação do território nacional no início da década de 1940, se faz necessário o entendimento da longevidade desse movimento, polissêmico e multifacetado. O tema – a ocupação do Oeste – ganhou, naquele período, forte centralidade, presente na historiografia bandeirante, no pensamento social brasileiro e nos próprios esforços de construção do Estado-Nação. Deve-se lembrar que entre as representações letradas e as práticas sociais existem poderosos vasos comunicantes.

O interesse em torno da integração e da ocupação territorial não foi uma invenção do Estado Novo, ainda que, nesses anos, a questão tenha assumido grande centralidade em decorrência da política da Marcha para o Oeste. A construção de um olhar para Oeste

---

<sup>3</sup> Sobre o assunto ver: MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

esteve presente desde as primeiras décadas do século XX, manifesta em eventos como a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, a Comissão Rondon, as expedições dos médicos sanitaristas do Instituto Oswaldo Cruz, mas também em produções intelectuais presentes no movimento modernista e na historiografia produtora da mitologia bandeirante, que confirmam a força dessa agenda naquele período.

Entretanto, com a emergência da Marcha para o Oeste, a propaganda estadonovista e os discursos presidenciais passaram a investir nos nexos entre o movimento de conquista do território e afirmação moderna da nacionalidade, bem como à promessa de uma nova realidade socioeconômica para o país. Essa articulação, que possuía forte simbolismo nacionalista na história do país, pode ser percebida tanto nos discursos proferidos por Getúlio Vargas em suas viagens, como no conteúdo do livro de Cassiano Ricardo e no filme de Humberto Mauro.

Cabe notar que o tema da ocupação territorial era historicamente associado ao fenômeno das bandeiras coloniais, com forte apelo entre os setores intelectuais e políticos de São Paulo. É nesse sentido que os conteúdos do livro, do filme e dos discursos presidenciais são marcados pela obsessão pelo Oeste, do qual fazem parte os múltiplos discursos bandeirantes que emergiram nas décadas anteriores e continuavam a emergir em 1940.

Entretanto, a partir desse momento, o ímpeto de adentrar e conquistar novas terras historicamente associado aos antigos moradores de São Paulo passaria a ser apresentado enquanto um traço comum a todos os brasileiros, isto é, enquanto um traço do caráter nacional. Trata-se de uma operação complexa e espraiada no tempo, anterior e posterior a 1940, mas que, naquele ano, ganhou notável centralidade, como um emblema do processo responsável por consolidar o interesse concreto e simbólico pelo Brasil de dentro, do interior e do Oeste.

As viagens presidenciais daquele ano deram materialidade ao conteúdo expresso tanto no livro de Cassiano Ricardo, como no filme de Humberto Mauro – obras que reforçaram o interior do país como um lugar privilegiado para a expansão. O deslocamento do presidente Getúlio Vargas do Palácio do Catete para o interior do país foi um marco simbólico da política de estado que se seguiria nos anos seguintes e, principalmente, nas décadas posteriores.

A obsessão pelo Oeste brasileiro haveria de continuar com ímpeto nos anos seguintes, como testemunham os projetos levados a cabo pela Marcha para o Oeste, como as Colônias Agrícolas Nacionais (1941) e a frente de expansão da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central (1943) ou mesmo, mais para frente, a própria

construção de Brasília (1956-1960), ou ainda a construção da rodovia transamazônica (1972). Mais do que isso, a percepção do Oeste brasileiro como um lugar privilegiado para a expansão continua viva conforme se pode observar com o avanço do agronegócio no Centro Oeste e mesmo na Amazônia a partir das décadas de 1970 e 1980.

Neste artigo interessa-nos analisar fenômenos próprios do ano de 1940, responsáveis por estabelecer conexões entre os discursos bandeiristas e os projetos de desenvolvimento do país, e de certa ideia territorial de identidade nacional, marcada pelo projeto de integração do Oeste brasileiro. Apesar da natureza diversa das fontes estudadas, todas elas contribuíram para consolidar o interesse pelo interior do país como um espaço privilegiado para a expansão.

### **Marcha para o Oeste: a influência da "bandeira" na formação social e política do Brasil, de Cassiano Ricardo**

O ensaio *Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil*, de Cassiano Ricardo (1895-1974), foi publicado no ano de 1940. A obra, marcada pelo empenho na nacionalização do que poderíamos chamar de mito bandeirante, acabou por construir os nexos históricos entre as antigas bandeiras paulistas com a atuação contemporânea do Estado Novo, naquele momento empenhado em projeto de colonização das zonas interioranas do Oeste brasileiro. Desde 1938 o governo Vargas havia anunciado uma política de integração nacional denominada Marcha para o Oeste. Cassiano Ricardo procurou apresentar a expansão territorial operada pelas bandeiras coloniais enquanto ponto de partida da história do país, cujo ímpeto é o da conquista territorial. As conexões com o presente são evidentes.

Convém destacar que *Marcha para Oeste* foi escrita por um paulista que havia integrado a ala conservadora do movimento modernista. Cassiano Ricardo foi um dos principais intelectuais ligados ao Estado Novo, cuja produção intelectual ocupa lugar central na construção de um discurso legitimador do regime autoritário sob a égide do projeto de expansão territorial. O autor não deixou de exaltar São Paulo enquanto marco inicial da conquista territorial, mas buscou engendrar uma leitura do bandeirantismo enquanto uma constante histórica da sociedade brasileira, na qual a conquista territorial aparece como traço da excepcionalidade brasileira<sup>4</sup>.

A interpretação formulada por Ricardo não apenas estava alinhada ao discurso responsável por anunciar e enunciar a Marcha para o Oeste em 1938, como passou a dar

---

<sup>4</sup> Este aspecto da obra de Cassiano Ricardo levou a historiografia interessada no tema a estabelecer uma ponte entre sua produção e a produção de Frederick Jackson Turner sobre o processo de conquista da fronteira nos Estados Unidos. Sobre o assunto ver: VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.

linha a propaganda política estadonovista, bem como de diversos discursos presidenciais em torno do projeto de interiorização da sociedade brasileira, em que a centralidade atribuída a São Paulo, no processo de ocupação territorial, foi mantida, mas não mais sob ótica regionalista, mas sim nacionalista.

Naqueles anos, a memória pública acerca dos antigos bandeirantes, estimulada há décadas pela produção historiográfica paulista, já se encontrava consolidada enquanto importante interpretação do movimento de expansão territorial do país. A noção de conquista territorial operada pelos bandeirantes já se encontrava profundamente enraizada no imaginário popular enquanto obra realizada pelos homens de São Paulo, por meio da operação intelectual e política realizada por intelectuais como Affonso de Taunay, Alfredo Ellis Jr. e Alcântara Machado –, bem como por meio de monumentos, pinturas, discursos museológicos e até do cinema<sup>5</sup>.

A obra de Cassiano Ricardo parte desse lugar a fim de mobilizar símbolos e mitos de fácil universalidade, cujo objetivo era mobilizar diferentes setores da sociedade em torno do projeto varguista de colonização do interior do Brasil. A propaganda empenhada na divulgação da Marcha para o Oeste procurou mobilizar a dimensão mítica e simbólica do movimento de povoamento e colonização.

O reposicionamento da simbologia bandeirante, operada por Ricardo, deve ser compreendido por meio de uma mudança na relação conflituosa entre o governo de Vargas e as classes dominantes do estado de São Paulo. Após o golpe de 1937, o governo estadual paulista, por meio do interventor Adhemar de Barros, iniciou uma política de "braços dados" com o governo federal. Entretanto, até o golpe de 1937, políticos e intelectuais paulistas haviam ocupado a linha de frente da coalizão contra o governo instaurado em 1930, cujo momento máximo do anti-varguismo e do "paulistanismo bandeirante" ficou marcado pela eclosão de uma guerra civil no ano 1932 e os discursos identitários daí derivados.

A eleição do bandeirante enquanto símbolo da Marcha para o Oeste e a mobilização das características a ele associadas enquanto importante traço da brasilidade, foi parte da estratégia do regime estadonovista para angariar o apoio político de São Paulo – maior centro industrial do país – em meio a nova diretriz político-econômica centralizadora e autoritária. Não se pode esquecer que o projeto de integração territorial estava intimamente associado ao projeto de industrialização em voga naqueles anos. Assim,

---

<sup>5</sup> Sobre o assunto ver: SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Capítulos de História Intelectual: Racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2019.

evocar o “espírito bandeirante” como o cerne do novo projeto era evocar a centralidade de (uma reconciliada) São Paulo na nova conjuntura político-econômica<sup>6</sup>.

Antes de integrar o aparelho estatal do Estado Novo, Cassiano Ricardo, assim como outros integrantes do grupo modernista verde-amarelo, haviam integrado a oposição paulista do início da década de 1930. Inclusive as ideias mobilizadas no ensaio de 1940 foram construídas ao longo da trajetória intelectual do autor, cujo início pode ser identificado na publicação de *Martim Cererê* (1928)<sup>7</sup>. Antes de servir aos interesses políticos do Estado Novo, a apropriação do símbolo bandeirante como representação nacional foi realizada para defender um "projeto paulista de nação", isto é, a operação atendia aos interesses e as pretensões hegemônicas sediadas na capital paulista. Desse modo, o alcance da interpretação e das ideias propostas por Cassiano Ricardo em *Marcha para Oeste* (1940) pode ser compreendido como um desdobramento de sua trajetória intelectual que, no início do Estado Novo culminou na inserção do autor na máquina de propaganda estadonovista<sup>8</sup>.

Cassiano Ricardo inicia a obra com uma discussão sobre os grupos sociais que existiriam no período colonial, conferindo particular importância ao "grupo móvel do Planalto". Em outras palavras, os moradores das antigas vilas do Planalto Paulista seriam particularmente afeitos aos deslocamentos desbravadores em direção ao interior do continente, como comprovariam as grandes bandeiras. A tese se encontra em autores como Afonso de Taunay, autor da *História Geral das Bandeiras Paulistas*<sup>9</sup>.

Cassiano Ricardo também tratou da organização racial da bandeira, por meio de uma análise acerca do papel desempenhado por cada uma das “raças” nos adentramentos do período colonial. Tema de grande importância durante o Estado Novo, visto o movimento de valorização da miscigenação. Ao final da obra, com vistas à consolidação da argumentação na qual as bandeiras não seriam um evento extinto, mas um traço da identidade brasileira, Ricardo dedica alguns capítulos para trabalhar o "neobandeirismo" dos séculos XIX e XX. Em síntese, o autor quer apresentar o ímpeto colonial como traço

---

<sup>6</sup> Sobre os nexos entre a eleição do bandeirantismo enquanto mote da política da Marcha para o Oeste e os interesses econômicos concretos que levaram à reconciliação entre o governo de Getúlio Vargas e os setores industriais paulistas ver: ALMEIDA, Thays Fregolent de. *Modernos bandeirantes, antigos interesses: a Expedição Roncador-Xingu e a conquista da Fronteira Oeste (1938-1948)*. Dissertação de Mestrado em História Social, PUC/SP, 2022.

<sup>7</sup> Sobre o assunto ver: COELHO, George Leonardo Seabra. *O bandeirante que caminha no tempo: apropriações do poema Martim Cererê e o pensamento político de Cassiano Ricardo*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 2015. e MOREIRA, Luiza Franco. *Meninos, poetas e heróis: aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo*. São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>8</sup> No ano seguinte à publicação de *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo foi nomeado chefe do Departamento de Divulgação Político-Cultural da Rádio Nacional e diretor do matutino *A Manhã*, naquele período o jornal de maior circulação em todo o país.

<sup>9</sup> TAUNAY, Afonso de. *História geral das bandeiras paulistas*. 1ª edição. São Paulo: Typ. Ideal, 1924.

constituinte, essencial, da identidade nacional, como se tivesse como destino manifesto a conquista do interior.

Já explorados pela historiografia recente, para os limites deste artigo interessa analisar o processo de nacionalização desse símbolo do regionalismo paulista, nos termos realizados por Cassiano Ricardo, interessado em conectar os projetos concretos de integração territorial daquele momento, com a historiografia que exaltava a figura do bandeirante. Em comum entre o discurso histórico e as práticas contemporâneas estava a obsessão pela conquista do Oeste brasileiro.

Cassiano Ricardo estabeleceu um diálogo com as tradicionais interpretações produzidas pela historiografia paulista na qual as "origens da nação" são identificadas na saga bandeirante, assunto de forte repercussão na historiografia na memória pública, por meio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e, sobretudo, do Museu Paulista<sup>10</sup>. Segundo essa narrativa, a conquista territorial operada pelos bandeirantes dos séculos XVII e começos do XVIII, teria iniciado a formação do "Brasil nação", bem como teria rendido ao Brasil a dimensão continental de seu território.

Se por um lado essa interpretação permite a associação entre o bandeirante e o paulista, por outro, dá margem para a valorização do bandeirante como construtor da unidade nacional e da nacionalidade. Assim, o bandeirante enquanto símbolo regional e enquanto símbolo nacional não são interpretações contrárias, mas caminham justapostas na obra de Cassiano Ricardo, tributário da historiografia paulista tradicional, embora estabeleça relações novas, ajustadas à defesa dos projetos de expansão territorial do Estado Novo. Mesmo quando o autor apresenta o elemento regional enquanto fonte da nacionalidade, é operada a heroicização dos sertanistas paulistas. Assim, para Ricardo, teriam sido os paulistas os responsáveis por orientar a direção da civilização brasileira rumo ao Oeste<sup>11</sup>.

O autor também procurou lastrear na organização da sociedade colonial paulista o berço da "democracia no Brasil". Para Cassiano Ricardo, seria possível observar na sociedade formada no planalto paulista, berço das bandeiras, o convívio "harmonioso" entre as três raças: o índio, o negro e o branco, com destaque para o "mameluco", fruto da fusão pacífica entre indígenas e colonizadores. Embora mencione os negros, até pelo seu

---

<sup>10</sup> Sobre o assunto ver: ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante*. Cuiabá, EdUFMT, 2019. e SCHNEIDER, Alberto Luiz. "Uma estrela na constelação bandeirante: Affonso Taunay, autor de uma leitura territorialista da História do Brasil". In: CINTRA, Jorge Pimentel, SCHNEIDER, Alberto Luiz, BEIER, José Rogério (Orgs), *Affonso Taunay e o Museu Paulista: um projeto de memória (1917-1945)*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021.

<sup>11</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da "bandeira" na formação política e social do Brasil*. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1970. 7ª edição. Vol. 1. p. 58.

esforço nacionalizador, a ênfase de Ricardo está no “mameluco”. A “democracia” a qual Ricardo faz referência, seria uma espécie de “democracia social” e não política. Essa “democracia tipicamente brasileira” foi identificada nas Bandeiras, na medida em que elas foram apresentadas por meio da miscigenação e cooperação entre os elementos sociais constituintes das arrancadas do período colonial.

Apesar do convívio e da cooperação tida como “harmoniosa”, o autor destaca que a organização dos trabalhos desenvolvidos pelos elementos sociais formadores da bandeira contava com uma rígida hierarquização do trabalho entre as três raças. Ao passo que “o índio” seria associado ao sertão e ao ímpeto das avançadas, “o negro” era associado à “vida rural” e ao trabalho braçal na lavoura e na mineração, em tácita justificativa do escravismo, e “o branco” e às vezes “o mameluco” (sempre grafados no singular), eram associados ao comando e a organização das bandeiras. “O bandeirante” – chefe da bandeira – ocupava posição central nessa orquestra, pois teria sido graças a sua disciplina e força que essas grandiosas e complexas arrancadas teriam sido possíveis<sup>12</sup>. Embora Cassiano Ricardo não associe o bandeirante ao Getúlio Vargas ditador, na “democracia” que o autor apresenta, o chefe tem valor inquestionável.

Por meio da análise da organização e da estrutura interna das bandeiras, Cassiano Ricardo construiu uma leitura na qual elas foram interpretadas enquanto um Estado em miniatura, ou um “Estado-móvel”, e seus chefes enquanto verdadeiros chefes de Estado<sup>13</sup>. Se por um lado, a hierarquização das cores não impedia o comportamento “democrático” do grupo, por outro, foi por meio dessa organização que Ricardo procurou explicar sociologicamente como teria nascido no Brasil a ideia de governo forte e disciplinador. A busca por essa explicação sociológica constitui parte central da tese apresentada na obra. Foi por meio dessa construção que Ricardo identificou nas Bandeiras do período colonial os germes do autoritarismo estatal.

Assim, o ensaio de 1940 procurou demonstrar como o projeto de integração dos sertões do país, a instauração de um Estado forte e a presença de um líder autoritário, entre outras características do regime estadonovistas, podiam ser identificados nos primórdios da formação social e política das Bandeiras do período colonial. Nessa leitura, o Estado Novo era interpretado enquanto o retorno do Brasil às suas fontes históricas, étnicas, econômicas e políticas. Em suma, o Estado Novo seria o reencontro do Brasil consigo mesmo.

---

<sup>12</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação política e social do Brasil*. 3ª ed. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1959. Vol. 2. (1ª edição 1940). p. 43-54.

<sup>13</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação política e social do Brasil*. 3ª ed. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1959. Vol. 2. (1ª edição 1940). p. 210-231.

Ao reelaborar esse mito paulista criado nas primeiras décadas do século XX, Cassiano Ricardo insistiu na sua transformação em "mito fundador da Nação" e do Estado moderno brasileiro, por meio do qual o espírito pioneiro e empreendedor do bandeirante foi associado à identidade do país que novamente caminhava rumo ao interior, sob a disciplina de uma liderança forte – a do presidente Getúlio Vargas – com vistas a definitiva ocupação do seu território. Assim, o autor, através de uma narrativa heroica, conjugou momentos históricos passados – as bandeiras – com o presente expansionista – identificado na política Marcha para o Oeste – de modo a legitimar o regime autoritário estadonovista, bem como o novo projeto como parte de uma continuidade histórica.

Conforme o autor, o “bandeirismo histórico havia concluído a sua missão; a integração territorial, o Brasil como vemos no mapa”, entretanto, a grandeza da geografia brasileira fez com que as arrancadas bandeirantes se configurassem enquanto uma "causa permanente", marcadas pela máxima de “um país que precisa conquistar a si mesmo, pra se realizar”<sup>14</sup>. Assim, “desaparecida a bandeira em sua feição histórica, original, repete-se em outro horizonte cultural. No mínimo, repetem-se atos de bandeirismo, e quem os pratica é, portanto, bandeirante”<sup>15</sup>.

É nesse sentido que Cassiano Ricardo dedicou os capítulos finais da obra para as modernas práticas bandeirantes dos séculos XIX e XX, nos quais o autor construiu uma espécie de itinerário desde o período colonial até fins da década de 1930, momento da escrita da obra. Dentre os personagens identificados enquanto portadores do espírito bandeirante moderno estavam Couto de Magalhães, o marechal Rondon – apresentado pelo autor enquanto "o principal bandeirante moderno" –, Edgar Roquette-Pinto, o coronel Percy Fawcett e, por fim, Hermano Ribeiro da Silva – chefe da moderna Bandeira Anhanguera<sup>16</sup>. Apresentadas essas importantes arrancadas que, segundo o autor, deram novo fôlego ao bandeirismo, ele direciona o leitor para o projeto de interiorização estadonovista: "Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que, de novo, caminha pra Oeste, realizando o seu “imperialismo interno”, palmo a palmo”<sup>17</sup>.

Assim, a obra apresenta um Brasil que incorpora novamente seu destino histórico – o bandeirismo –, desta vez por meio do Estado Novo, o "Estado Bandeirante". Nas últimas

---

<sup>14</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação política e social do Brasil*. 3ª ed. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1959. Vol. 2. (1ª edição 1940). p. 303.

<sup>15</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação política e social do Brasil*. 3ª ed. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1959. Vol. 2. (1ª edição 1940). p. 337.

<sup>16</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação política e social do Brasil*. 3ª ed. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1959. Vol. 2. (1ª edição 1940). p. 333-359.

<sup>17</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação política e social do Brasil*. 3ª ed. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1959. Vol. 2. (1ª edição 1940). p. 364-366.

páginas da obra, o autor reforça os nexos entre as Bandeiras do período colonial e as modernas práticas bandeirantes de seu tempo:

Ontem eram bandeirantes só os que partiam do Planalto e dos seus subfocos de irradiação; hoje são todos quantos tomam parte na nova marcha destinada a preencher os vazios demográficos das regiões que pedem “novos bandeirantes equipados de nova técnica” para o seu melhor aproveitamento econômico e social. No menor ato brasileiro haverá sempre o “sentido bandeirante”. É uma condição para que a terra possua o homem e este a possua. Na grandeza que aí está - quase nove milhões de quilômetros quadrados - o papel da bandeira é, ainda, uma imposição da vida a que o brasileiro não poderá fugir, para se realizar<sup>18</sup>.

A construção da obra insiste, portanto, no sentido histórico, patriótico e nacionalista da Marcha para o Oeste daquele momento. É nesse sentido que a obra de Cassiano Ricardo ocupa lugar central no processo de apropriação do discurso bandeirante ajustado às preocupações próprias daqueles anos, isto é, na elaboração discursiva empenhada na divulgação e legitimação da nova política de integração territorial.

### **Os Bandeirantes, de Humberto Mauro**

A expansão para o Oeste do país e o elogio ao "espírito bandeirante" também ganhou as telas dos cinemas durante as décadas de 1930 e 1940<sup>19</sup>. Inclusive, no ano de 1940, o cineasta Humberto Mauro (1897-1983) realizou o filme *Os bandeirantes*, cuja orientação da pesquisa histórica foi conduzida pelo "historiador das bandeiras", Afonso de Taunay. Ainda que a narrativa do filme tenha sido enfática na defesa de importantes aspectos do mito fundador paulista, sem conseguir diluir os contornos regionalistas do discurso, a produção contou com o patrocínio do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), órgão estatal de fomento ao cinema do Estado Novo, o que confirma a conciliação entre o discurso bandeirante, de matriz paulista, com tentativas de alargar a abrangência dos heróis desbravadores<sup>20</sup>. O filme, portanto, é altamente emblemático do investimento simbólico promovido pelo Estado Novo, que assumiu o discurso do empreendedorismo "desbravador", usinado em São Paulo, já reajustado aos novos tempos.

O INCE foi criado em 1936, durante o governo constitucional de Getúlio Vargas. A criação desse instituto atendia a demandas de educadores e intelectuais que desde a década de 1920 manifestavam que o Estado deveria assumir não apenas a função de

---

<sup>18</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação política e social do Brasil*. 3ª ed. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1959. Vol. 2. (1ª edição 1940). p. 391.

<sup>19</sup> Sobre o assunto ver: SANTOS, Márcia Juliana. *Da capital bandeirante às imagens do cinema institucional de São Paulo, 1930-1940*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

<sup>20</sup> SANTOS, Márcia Juliana. *Da capital bandeirante às imagens do cinema institucional de São Paulo, 1930-1940*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011. p. 162.

ensor, mas também de produtor e curador dos filmes educativos no país. O médico e ensaísta brasileiro, Edgar Roquette-Pinto foi designado para a direção do instituto e Humberto Mauro foi contratado como técnico cinematográfico<sup>21</sup>. Do ano da sua criação até 1940, o INCE produziu uma série de reportagens sobre eventos cívicos. Porém, foi no ano de 1940 que o instituto produziu seu primeiro filme histórico: *Os Bandeirantes*, de Humberto Mauro, que trata justamente da conquista do Oeste no século XVII, em clara justaposição ao presente.

O filme contou com a orientação geral de Roquette Pinto e de Afonso de Taunay. Além do controle do INCE, a presença do "historiador das bandeiras" reforçava o controle sobre a leitura imagética desejada acerca do tema. É possível observar dois projetos políticos e sociais contidos na produção do filme: um ligado ao projeto da Marcha para o Oeste e outro ligado ao próprio bandeirantismo paulista. Em comum, a conquista do Oeste, no passado e no presente.

O filme deve ser relacionado com um dos grandes temas do Estado Novo, os projetos de conquista do Oeste. Nesse sentido, não parece fortuito que o lançamento deste tenha se dado justamente em 1940, mesmo ano da publicação da obra de Cassiano Ricardo e das viagens presidenciais para o interior do país – todos envoltos na exaltação do "espírito bandeirante", não apenas como identidade (regional e ou nacional), mas como projeto de conquista do interior do Brasil, ajustados aos projetos de desenvolvimento do Estado Novo e dos agentes privados do período.

Durante esse período houve a cooptação, ao menos relativa, bem como a burocratização intensiva dos intelectuais que, trabalhando nos meios de comunicação, contribuíram para a organização do regime e para a sua construção ideológica. Conforme apontou Morettin, o cineasta Humberto Mauro, a serviço do INCE, reconheceu a viabilidade e adequação do uso do melodrama no cinema destinado ao ensino<sup>22</sup>. Além disso, a escolha de Roquette-Pinto para o cargo de diretor do instituto também não parece fortuita. Além de compor o quadro de algumas das viagens do Instituto Oswaldo Cruz, o médico e ensaísta também participou das incursões da própria Comissão Rondon<sup>23</sup>. Ele foi um dos grandes interlocutores dos principais debates sobre sociedade e nação no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, importante na construção de uma agenda interessada na busca (intelectual, simbólica e concreta) do Brasil do interior, como uma

---

<sup>21</sup> MORETTIN, Eduardo Victorio. *Cinema e história: uma análise do filme Os bandeirantes*. 1994. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 334.

<sup>22</sup> MORETTIN, Eduardo Victorio. *Cinema e história: uma análise do filme Os bandeirantes*. 1994. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 305.

<sup>23</sup> Sobre o assunto ver: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em Busca do Brasil: Edgard Roquette-pinto e o Retrato Antropológico Brasileiro (1905-1935)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

espécie de colônia interna, a ser conquistada, a fim de garantir a soberania e a viabilização de projetos econômicos de expansão agrícola (e industrial, na medida em que se tornava potencial consumidora).

O filme de 1940 procurou monumentalizar o passado nacional por meio do cinema, ferramenta de considerável alcance naquele momento. A monumentalização do movimento bandeirante via cinema tem como significado concreto agendar ou tematizar o interior do país, relacionando-se aos interesses em torno da política da Marcha para o Oeste, cujos projetos e desdobramentos práticos se avolumariam ao longo dos anos 1940 e 1950. É nesse sentido que se operava, simultaneamente, passado e presente, ao fazer dos velhos bandeirantes pais simbólicos dos novos conquistadores.

Affonso de Taunay, na época também diretor do *Museu Paulista*, desempenhou papel central ao fornecer o arcabouço histórico e historiográfico responsável pelo conteúdo da obra cinematográfica. Inclusive, a primeira imagem do filme é o próprio historiador em seu escritório cercado de livros, mapas e fontes. Em seguida, o filme procura apresentar a origem do movimento bandeirante que remonta a São Paulo e seus antigos moradores. Os bandeirantes são apresentados por meio da máxima da expansão territorial, junto a utilização de mapas que visam oferecer a ideia de que os limites do mapa do Brasil foram definidos pelos bandeirantes, que teriam dobrado o meridiano de Tordesilhas conquistando aos espanhóis os territórios que hoje compõe o espaço nacional. Não é o caso de insistir na impropriedade dessa leitura, mas mostrar como essa compreensão do passado alimenta e legitima os procedimentos contemporâneos de “conquista do Oeste”.

O filme tem dois personagens centrais, os bandeirantes Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes. O primeiro deles é apresentado por meio do "ciclo do desbravamento", isto é, a subjugação da natureza pela ação do homem. Esse movimento de adentramento do território, está ligado a ampliação das fronteiras do país, importante tese da historiografia bandeirante<sup>24</sup>. O segundo deles, o bandeirante Fernão Dias Paes, ocupa a maior parte do filme e o foco da narrativa é o "ciclo do ouro e das pedras". Nessa parte o filme procura estabelecer a importância desse movimento para a viabilização do futuro crescimento econômico do país. Além de abarcar as aventuras empreendidas em vida, a obra também mostra a morte do famoso bandeirante. Sobre sua sepultura foi feita uma grande fogueira, cujas chamas se prolongaram dias a fio. Para Morettin, essa cena tinha por objetivo demarcar uma questão simbólica: a vontade "com que os brasileiros através

---

<sup>24</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz. “Uma estrela na constelação bandeirante: Affonso Taunay, autor de uma leitura territorialista da História do Brasil”. In: CINTRA, Jorge Pimentel, SCHNEIDER, Alberto Luiz, BEIER, José Rogério (Orgs), *Affonso Taunay e o Museu Paulista: um projeto de memória (1917-1945)*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021.

das gerações têm continuado a desbravar a sua terra para conhecê-la e para amá-la cada vez mais"<sup>25</sup>.

Esta cena dialoga com a política da Marcha para o Oeste empreendida pelo Estado Novo, que não só conclamou os brasileiros para essa empreitada, como levou o próprio presidente Vargas para o interior do país com o objetivo de mobilizar e divulgar o novo projeto de interiorização. Assim, como na propaganda oficial do governo em torno da nova política de interiorização, o filme procurou exaltar a ocupação do território através do trabalho, da disciplina e da vontade. A relação entre o projeto governamental e o filme foi afirmada pelo próprio Taunay que em uma crítica de jornal da época declarou: "e assim termina o filme cujo epílogo é a máxima do Presidente Getúlio Vargas recordando a imperiosidade dessa marcha para o Oeste, do Brasil hodierno de que foi Fernão Dias Paes um dos precursores máximos"<sup>26</sup>.

Nas viagens presidenciais, Vargas proferiu uma série de discursos, cuja construção insistia nos mesmos pontos apresentados no ensaio de Cassiano Ricardo e no filme de Humberto Mauro: a extensão geográfica, recuperação (romântica) do passado colonial e a necessidade de exploração econômica do interior do país, mobilizado em função do "progresso" da nação. É nesse sentido que se afirma que o filme *Os Bandeirantes* representa mais uma incursão do governo Vargas na área cultural a fim de propagandear o projeto em torno da Marcha para o Oeste.

Apesar das diferentes linguagens e formas de abordagens presentes no ensaio de Cassiano Ricardo e no filme de Humberto Mauro, ambos foram produzidos por sujeitos que passaram a ocupar cargos públicos, sobretudo na área da cultura e dos meios de comunicação. A mobilização intensiva dos intelectuais para os interesses de Estado (que eram também interesses privados) contribuiu na construção de uma peça política interessada em difundir e legitimar as estratégias articuladas por Getúlio Vargas em conciliar discursos conflitantes, de um lado o discurso regional paulista e de outro o discurso estadonovista; ao mesmo tempo que mobiliza forças concretas e simbólicas em torno da conquista do Oeste.

### **Rumo ao Brasil de dentro: as viagens do presidente Getúlio Vargas**

Naquele mesmo ano de 1940, o próprio presidente Vargas empreendeu uma série de viagens pelo interior do país com o objetivo de mobilizar a população em torno do novo

---

<sup>25</sup> MORETTIN, Eduardo Victorio. *Cinema e história: uma análise do filme Os bandeirantes*. 1994. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 313.

<sup>26</sup> TAUNAY, Affonso de, "História de um filme", *Jornal do Commercio*, t.XI, vol. 3, 649, 22 de setembro de 1940.

projeto de interiorização. As incursões pelo território nacional deram materialidade para o anúncio feito à meia noite do dia 31 de dezembro de 1937, no qual o presidente bradou a nova diretriz político-econômica do país:

O ano que se inicia será de trabalho intenso e de realizações fecundas. A ação do Estado não se limitará às tarefas rotineiras administrativas. Ajustando-se ao ritmo do progresso nacional, procurará dar-lhe direta e indiretamente, estímulos novos e meios adequados para a expansão.

A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpôr os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomada a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação.

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar; dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.

Para tanto, empenharemos todas as energias disponíveis. Não será, certamente, obra de uma única geração, mas é a que tem de ser feita, e ao seu início queremos, por isso, consagrar o melhor dos nossos esforços.

Persistiremos na disposição de suprimir as barreiras que separam zonas e isolam regiões, de sorte que o corpo econômico nacional possa evoluir homoganeamente, e a expansão do mercado interno se faça sem entraves de nenhuma espécie<sup>27</sup>.

O discurso presidencial responsável por anunciar a Marcha para o Oeste e convocar a população brasileira em torno do novo "propósito nacional" assumiu nova dimensão com as viagens presidenciais de 1940. Esse episódio foi um momento chave para a divulgação da Marcha e ficou marcado por uma profunda carga simbólica. Ao percorrer de avião cerca de dezesseis mil quilômetros visitando cidades no Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país, Getúlio Vargas procurou incorporar o "espírito bandeirante" por meio da imagem do primeiro presidente a ter se deslocado do Palácio do Catete rumo ao Oeste do país<sup>28</sup>. Afinal, lá residiria o "verdadeiro sentido de brasilidade", como dissera no discurso de 31 de dezembro de 1937.

Essas viagens simbolizam a importância estratégica que o interior do país adquirira naqueles anos. Aliás, Vargas realizou a primeira visita de um presidente da República a

---

<sup>27</sup> VARGAS, Getúlio. No limiar do ano de 1938 (Saudações aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite do dia 31 de dezembro de 1937). VARGAS, Getúlio. In: A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, Vol.V. p.124-125.

<sup>28</sup> CANCELLI, Elizabeth. *O Estado Novo em Marcha para o Oeste*. Curitiba: Editora CRV, 2017. p. 66

uma área indígena<sup>29</sup>. O presidente foi acompanhado por uma comitiva da qual fazia parte um cinegrafista do *Departamento de Imprensa e Propaganda* (DIP) empenhado em registrar a incursão e os materiais produzidos nessas viagens e que foram divulgados durante todo o regime estadonovista.

Essas viagens foram centrais para que o próprio presidente divulgasse a Marcha para o Oeste não só para as populações dos grandes centros urbanos do país, em grande parte litorâneos. Afinal, os principais projetos impulsionados sob o signo da Marcha passariam a ser colocados em prática a partir dos anos imediatamente seguintes à incursão. Não se pode esquecer que 1940 também foi o ano da realização do Recenseamento Geral do Brasil, cujos trabalhos foram de grande importância para orientar a formulação desses projetos de Estado.

O Recenseamento atendia à estratégia política estadonovista empenhada em ampliar e efetivar o conhecimento e controle sobre o território e a população brasileira, bem como legitimar o novo regime. Incumbido de investigar os principais aspectos da vida nacional a partir de censos demográfico, agrícola, industrial, comercial, de serviço, transporte e comunicação, o Recenseamento foi pensado para auxiliar na orientação e na construção das novas políticas territoriais a partir do mapeamento e da quantificação da realidade de cada uma das regiões do país. Não por acaso, foi após a realização do censo de 1940 que os principais projetos de integração territorial passaram a ser impulsionados, entre eles as Colônias Agrícolas Nacionais (1941)<sup>30</sup> e a frente de expansão da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central (1943)<sup>31</sup>.

O Recenseamento foi feito graças a ação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado justamente em 1938. A criação dessa instituição marcou o início de uma produção unificada de um conhecimento sistematizado em escala nacional acerca da população e do espaço territorial brasileiro. Por meio da realização de censos demográficos, sociais e econômicos, a atuação do IBGE passou a orientar a administração pública para a promoção de iniciativas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico do

---

<sup>29</sup> GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. Tradução: Claudia Sant'Ana Martins - São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 38.

<sup>30</sup> Sobre o assunto ver: DUTRA E SILVA, Sandro. *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

<sup>31</sup> Sobre o assunto ver: MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado Território e imaginação espacial. O caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. e ALMEIDA, Thays Fregolent de. *Modernos bandeirantes, antigos interesses: a Expedição Roncador-Xingu e a conquista da Fronteira Oeste (1938-1948)*. Dissertação de Mestrado em História Social, PUC/SP, 2022.

interior do país, de modo a mitigar as desigualdades regionais e fomentar a integração e a expansão do mercado interno brasileiro<sup>32</sup>.

A visita realizada à Manaus (AM) em outubro de 1940 ficou marcada pelo chamado "Discurso do rio Amazonas". Na ocasião, Vargas expôs a preocupação do governo em torno da dispersão populacional e afirmou o interesse em proporcionar os meios necessários para a integração da região Norte do país. O presidente reforçou a importância das "entradas e das bandeiras" do período colonial e afirmou essas incursões enquanto mostra da histórica "coragem empreendedora e a resistência do homem brasileiro". Do mesmo modo foi apontada a necessidade e a urgência de se "retomar a cruzada desbravadora" com o objetivo de vencer o principal inimigo do progresso e desenvolvimento do país: "espaço imenso e despovoado". Também foi afirmado pelo presidente que "o nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto"<sup>33</sup>.

Nos trechos recortados do referido discurso fica expresso o interesse do governo em promover a fixação do homem à terra. A preocupação em torno da dispersão populacional no interior estava ligada a interesses estratégicos e econômicos. Cabe lembrar que o pano de fundo daqueles anos era formado pelo conflito da Segunda Guerra Mundial e, do ponto de vista da Segurança Nacional, os espaços vazios do interior eram uma ameaça à soberania nacional e à realização do poder público. Ademais, o deslocamento de levas de trabalhadores para os grandes centros urbanos e o esvaziamento do campo era uma realidade crescente. A situação representava uma preocupação do ponto de vista econômico, visto a crescente demanda de bens alimentícios e matérias primas voltada para o abastecimento dos centros urbano-industriais do país em franco processo de expansão. Assim, o discurso promovido por Vargas em Manaus dava indícios do que viria a ser uma importante frente dos trabalhos da Marcha para o Oeste: as Colônias Agrícolas Nacionais, criadas no ano de 1941, com o intuito de fornecer estrutura para a fixação dos trabalhadores no campo.

Outro destino estratégico das viagens presidenciais daquele ano foi a recém-construída cidade de Goiânia, a nova capital de Goiás. Na ocasião, Vargas procurou estabelecer as conexões, mesmo que artificiais, entre a moderna capital do Brasil Central e

---

<sup>32</sup> ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O IBGE e a formação da nacionalidade: território, memória e identidade em construção. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

<sup>33</sup> VARGAS, Getúlio. O "Discurso do Rio Amazonas". *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano I, n.8. 1941, p. 228.

a Marcha para o Oeste<sup>34</sup>. Na visita, ele insistiu na relação entre a construção de Goiânia e o novo projeto enquanto "o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura"<sup>35</sup>.

Por fim, Vargas realizou uma visita a Ilha do Bananal (no atual estado de Tocantins), cenário das aventuras do coronel inglês Percy Fawcett (1867-1925)<sup>36</sup> e do paulista Hermano Ribeiro da Silva (1902-1937), chefe da bandeira Anhangüera<sup>37</sup>. A escolha do destino foi uma importante estratégia para a divulgação da Marcha, pois conectava o projeto estadonovista a essas duas famosas incursões das décadas anteriores. Tanto Fawcett, quanto Ribeiro da Silva ficaram conhecidos não apenas por liderar adentramentos pelo interior do território brasileiro, mas por terem dado a vida em prol dessas incursões – o primeiro desapareceu nas proximidades da Serra do Roncador e o segundo morreu às margens do rio Araguaia. Assim, a viagem à Ilha do Bananal tinha o intuito de conectar a Marcha para o Oeste a esses personagens que ficaram consagrados como uma espécie de "mártires" do moderno movimento de conquista territorial do país. Se as incursões anteriores não haviam sido capazes de vencer o interior, com a nova marcha seria diferente, era o próprio presidente quem dava o ritmo da avançada.

Conforme Seth Garfield, na viagem à Ilha do Bananal o presidente posou ao lado dos índios carajá do Brasil Central, cavalgou ao redor da Ilha, atravessou o rio Araguaia e acampou ao longo de suas margens, bem como anunciou o desejo de explorar o território dos Xavante<sup>38</sup>. Inclusive, na ocasião, Vargas realizou uma série de sobrevoos voltados para o reconhecimento e para o registro fotográfico do vale do Araguaia, sobretudo das áreas indígenas. Cabe notar que o território Xavante se localiza justamente na região da serra do Roncador, onde, anos mais tarde, seria o foco dos trabalhos realizados pela frente de expansão da Expedição Roncador-Xingu<sup>39</sup>.

As viagens de 1940 não seriam as únicas, o presidente voltou a visitar o interior do país em dois momentos emblemáticos. O primeiro foi em 1942, cujo destino foi novamente Goiânia, no evento que ficou conhecido como "batismo cultural" da cidade, em que se

---

<sup>34</sup> Sobre o assunto ver: MELLO, Marcelo de. A Revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste. *Cordis: Revoluções, cultura, política na América Latina*. São Paulo, n. 11, p. 57-89, jul./dez. 2013.

<sup>35</sup> VARGAS, 1940. Apud NEIVA, Arthur Hehl. A imigração e a colonização no governo Vargas. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano II, n.21, 10 nov. 1942. p. 233.

<sup>36</sup> Sobre o assunto ver: GONÇALES, Luis Alexandre Franco. *A Expedição Fawcett: em busca da cidade perdida de Z. Santa Catarina*: Clube de autores, 2017.

<sup>37</sup> Sobre o assunto ver: MONTECCHI, Acir Fonseca. *Teatro de Imagens: a Bandeira Anhangüera através das lentes de Antonio Senatore - 1937*. 2001. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

<sup>38</sup> GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. Tradução: Cláudia Sant'Ana Martins - São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 35-36.

<sup>39</sup> Sobre o assunto ver: SCHNEIDER, Alberto Luiz; ALMEIDA, Thays Fregolent de. A Expedição Roncador-Xingu: (novos e velhos) bandeirantes na conquista da Fronteira Oeste. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 243-287, nov. 2018/fev. 2019.

pretendia divulgar o sentido urbanizador da Marcha para o Oeste<sup>40</sup>. O segundo momento foi na ocasião da visita do presidente aos acampamentos da Expedição Roncador-Xingu em junho de 1945. Esta, vale lembrar, foi a última viagem realizada por Vargas antes de sua deposição em outubro daquele ano<sup>41</sup>. É preciso notar a alta mobilização em torno das viagens presidenciais empreendidas na primeira metade da década de 1940, todas elas contaram com comitivas formadas por jornalistas e autoridades e foram noticiadas nos mais importantes veículos de comunicação do período.

Os discursos e as imagens do presidente em suas diversas incursões Brasil adentro foram reproduzidos pelo DIP durante o Estado Novo. Mais do que mobilizar a população brasileira em torno do novo projeto de interiorização, a divulgação desses materiais produzidos no interior do país tinham por objetivo divulgar a imagem do presidente responsável por estender o assistencialismo do Estado para o sertão sob a bandeira do desenvolvimento econômico e da justiça social. Junto a isso, a divulgação desses materiais atendia ao objetivo de consolidar os nexos entre a figura de Vargas e as modernas práticas bandeirantes do século XX.

A máquina de propaganda política e a intelectualidade vinculadas ao Estado Novo foram a espinha dorsal da legitimação desse regime, bem como de seus principais projetos, tal qual a Marcha para o Oeste. Segundo Mônica Velloso, a dimensão ideológica estadonovista pode ser identificada numa doutrina de "obrigação política", cujo objetivo era o envolvimento dos diversos setores sociais na política do Estado<sup>42</sup>. É nesse sentido que a propaganda governamental sobre a Marcha procurou insistir na representação de uma comunidade harmônica e participante da nova marcha rumo ao desenvolvimento do país.

Foi no interior do DIP que foram produzidos e divulgados os materiais sobre a Marcha para o Oeste por meio de publicações, programas radiofônicos, cinejornais e revistas. A divulgação do conjunto de preocupações que valorizavam os esforços de integrar os sertões e toda a ideologia nacionalista e autoritária de integração nacional foi elemento central para o adensamento dos interesses em torno desse projeto.

---

<sup>40</sup> Cabe notar que a frente de expansão da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central foi criada no ano imediatamente seguinte ao evento, e que um de seus principais objetivos era dar início ao projeto de urbanização do antigo estado de Mato Grosso. Assim, o evento de 1942 representou um momento importante para apresentar os modernos preceitos urbanísticos de Goiânia enquanto modelo da nova realidade urbana e moderna que o Estado almejava para o Brasil Central.

<sup>41</sup> Com vistas à divulgação do projeto de urbanização e integração econômica do Brasil Central, o presidente realizou uma viagem de três dias para visitar as duas primeiras bases da Expedição Roncador-Xingu, a do rio das Garças e a do rio das Mortes. Sobre o assunto ver: ALMEIDA, Thays Fregolent de. *Modernos bandeirantes, antigos interesses: a Expedição Roncador-Xingu e a conquista da Fronteira Oeste (1938-1948)*. Dissertação de Mestrado em História Social, PUC/SP, 2022.

<sup>42</sup> VELLOSO, Mônica. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: GOMES, Angela Maria Castro; OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 71.

Cabe destacar a revista *Cultura Política: revista de estudos brasileiros* (1941-1945), "voz oficial" da ideologia estadonovista, que atuava como uma espécie de órgão informativo preocupado em formar consciências aos ideais do regime. Essa revista desempenhou papel central na divulgação da Marcha para o Oeste por meio de uma série de artigos empenhados em reafirmar o pioneirismo do Estado Novo ao recuperar o espírito bandeirante para a realização do projeto de ocupação territorial e unificação econômica<sup>43</sup>. A questão territorial figurou, em maior ou menor grau, em todos os cinquenta e um volumes da revista, publicados entre 1941 e 1945. Durante esses anos, dois assuntos ligados à Marcha para o Oeste receberam importante atenção: as migrações internas do país e o crescente interesse na integração da Amazônia.

O regime estadonovista também fez uso da produção imagética enquanto um dos mais importantes e eficientes instrumentos de divulgação da Marcha para o Oeste. A imagem do "país em movimento" e a ideia da "redescoberta estatal do interior brasileiro", foram elaboradas pelo DIP ao longo do início da década de 1940, após as viagens presidenciais pelo interior. Conforme Marcelo Pereira, nesse período foram produzidos cinejornais com títulos como *Marcha para Oeste, A viagem do Presidente ao Oeste e Nas selvas do Brasil Central*, por meios dos quais procurou-se retratar esse esforço do Estado em unir o país, exaltar a figura do presidente, apresentando-o como o grande articulador do projeto de união dos fragmentos regionais ao "corpo da nação", bem como construir a imagem de um país que, ao passo que se interioriza, conquista o verdadeiro sentido de brasilidade<sup>44</sup>.

## Considerações finais

O tema do interior ou do Oeste do país, desde o início do século XX, agregou mais e mais relevância, na cultura, na vida política e na própria vida econômica. No Estado Novo, porém, essa agenda – que se poderia chamar de colonização interna – passou a ser assunto de primeira grandeza, a ponto de mobilizar o próprio presidente, bem como todo o Estado

---

<sup>43</sup> Sobre o assunto ver: RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e o seu sentido bandeirante. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano I, n.1, 1941; CARVALHO, Péricles Melo. A concretização da "Marcha para o Oeste". *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano I, n.8, 1941; RICARDO, Cassiano. As bandeiras do século XX. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano II, n.11, 1942; SODRÉ, Nelson Weneck. Fronteira móvel. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano II, n.18, 1942.; ALMEIDA, Rômulo de. A mobilização econômica e o planejamento da expansão do país. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano III, n.27, 1943; OLIVEIRA, Beneval de. Variações sobre povoamento e política demográfica. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano III, n.33, 1943; PAYA, José Vicent. Os "anhangueras" do século XX. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano III, n.35, 1943; ROLLEMBERG, Luis Dias. A unidade econômica do Brasil e a fixação da política de zoneamento. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano IV, n.43, 1944.

<sup>44</sup> PEREIRA, Marcelo. *Cinema e Estado Novo: trabalho e nacionalismo em marcha*. 2002. 149p. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. p. 117.

e importantes segmentos dos grandes centros urbanos do país, associados a interesses privados. O ano de 1940 foi emblemático, tendo em vista não apenas a publicação da obra de Cassiano Ricardo e o filme de Humberto Mauro, mas também as próprias viagens e os discursos empreendidos pelo presidente.

Estudar a conquista e ocupação do território nacional durante o período pressupõe o entendimento da longevidade desse movimento, polissêmico e multifacetado, e da centralidade desta temática na historiografia e no pensamento social brasileiro<sup>45</sup>. Teóricos como Roger Chartier<sup>46</sup> e Michel de Certeau<sup>47</sup>, chamaram a atenção para as complexas relações entre a formulação e a difusão de discursos e a mobilização de consciências, interesses e ações concretas, públicas ou privadas. Assim, partindo do pressuposto que o pensamento intelectual exerce importante função na formulação de agendas públicas, é fundamental levar em conta o investimento discursivo em torno da expansão para o Oeste, questão que perpassa a centralidade da temática do “sertão” no pensamento social brasileiro. Como apontou o geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes:

É no bojo de muitas descrições cronológicas de lugares sertanejos que a tese do desconhecimento geográfico como critério qualificador do sertão ganha corpo. Nesse sentido, por lógica, o devassamento intelectual do sertão seria o pioneiro passo de sua superação prática enquanto tal. Conhecer e divulgar um dado espaço desconhecido iniciaria o processo de sua transformação, seu fim enquanto sertão<sup>48</sup>.

O ano de 1940 é um ponto emblemático do processo de transformação (ou integração) do sertão, apresentado por Moraes. A construção dessa representação da Marcha para o Oeste, desenhada como uma cruzada épica de redescoberta e ocupação, contou com um longo processo de interpretação do Oeste, bem como a participação de segmentos intelectuais no aparato estatal de propaganda. A ampliação de cargos destinados a intelectuais comprometidos com a legitimação do regime autoritário estadonovista foi parte central desse processo.

Destaca-se a participação dos intelectuais vinculados ao grupo *verde-amarelo*, ala conservadora do modernismo, e a “intelectualidade bandeirante”, como foi o caso de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, entre outros. Não se pode esquecer que o culto ao território nacional, o elogio ao bandeirantismo e o senso de urgência e de necessidade de se

---

<sup>45</sup> Sobre o assunto ver: SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1997.; LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Renavan: IUPERJ, UCAM, 1999.; MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

<sup>46</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

<sup>47</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

<sup>48</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. “Sertão: Um “outro” geográfico”. *Terra Brasilis* (Nova Série), 4 - 5 | 2003. p. 4.

realizar a integração do Brasil do litoral e do Brasil do interior, marcas da política estadonovista, foram ideias defendidas pelos *verde-amarelos* décadas antes<sup>49</sup>.

Se por um lado, o corpo doutrinário do governo procurou se apropriar do modernismo conservador e estabelecer uma relação de continuidade entre o movimento e o regime, por outro, não se pode esquecer a forte identificação de alguns integrantes do movimento com o processo de modernização autoritária encabeçada a partir de 1937. Ao ocupar importantes cargos públicos, sobretudo na área da cultura e dos meios de comunicação, esses setores intelectuais foram agentes ativos de um “projeto político-pedagógico” destinado a popularizar e difundir a ideologia do regime interessada na integração do interior.

Ao atuar à frente da máquina de propaganda varguista, Cassiano Ricardo foi responsável pela produção da base do discurso estadonovista empenhado na legitimação do projeto da Marcha para o Oeste. Para o autor interpretar a “brasilidade” pressupunha um longo processo histórico, iniciado pelos antigos moradores de São Paulo, cujas atitudes e comportamentos caracterizariam a “alma brasileira”. Sua obra insistiu no sentido patriótico e nacionalista do projeto de interiorização daqueles anos. Do mesmo modo, o filme *Os Bandeirantes*, de Humberto Mauro, foi produzido e financiado pelo Estado Novo. Percebe-se a articulação entre o cinema, os intelectuais e o aparelho de Estado. Convém lembrar que o INCE era dirigido por Roquette-Pinto e que Affonso de Taunay, “o historiador das bandeiras”, aparece e inspira o filme. Esses discursos encontram nítida correspondência no discurso presidencial que busca por um lado promover a ocupação do interior do país e por outro beneficiar-se politicamente desta agenda que não era exclusivamente estadonovista.

Recebido em 15 de abril de 2022

Aceito em 11 de maio de 2022

---

<sup>49</sup> Sobre o assunto ver: ZEM EL-DINE, Lorena Ribeiro. Sertão, formação do território e incursões ao interior no pensamento verde-amarelo. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26. In: *Anais do...*, São Paulo, julho 2011. ; ZEM El-Dine, Lorena Ribeiro. *A alma e a forma do Brasil: o modernismo paulista em verde-amarelo (anos 1920)*. 2017. 220 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.